

REPATS

Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas
no Terceiro Setor



Universidade
Católica de Brasília



NEPATS

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

INFORMATION SOCIETY AND HUMAN RIGHTS

Carlos Alberto Molinaro*

RESUMO: A característica mais marcante do mundo contemporâneo é que a tecnologia construiu um ambiente absorvente cujas fronteiras marcam a sobrevivência da humanidade. Neste sentido, a técnica envolve muito mais do que a multiplicidade de artefatos produzidos e nos enreda em desejos de consumo, em necessidades predeterminadas, pois não é revelado apenas em uma questão de objetos nas mãos das pessoas. Adquire um contorno particular que constrói uma rede muito complexa em que nossas vidas diárias são incorporadas. Tudo isso forma um sistema complexo. Assim, o caráter sistêmico da tecnologia contemporânea confronta-nos com questões novas e inovadoras, exigindo também novas e criativas dimensões de responsabilidade individual e social. A ciência, por sua vez, nos dá a oportunidade de descobrir o mundo que nos rodeia e nos questionar. Também, o poder político e a administração fornecem os subsídios necessários para compreender as reivindicações científicas e técnicas que procuram a vantagem máxima para grupos específicos da sociedade, ou às vezes para a sociedade no conjunto. Aqui nós pretendemos coletar algumas idéias que confrontam nossa maneira de perceber a política, a economia, e a lei para debater a necessidade de atualizar a lei. A metodologia empregada centra-se na narrativa apoiada pela literatura especializada sobre o assunto.

Palavras-chave: Política. Sociedade da informação. Direitos humanos. Tecnologia. Poder. Democracia. Riscos.

ABSTRACT: The most striking feature of the contemporary world is that technology has built an absorbing ambiance whose boundaries mark the survival of humankind. In this sense, the technique involves much more than the multiplicity of artifacts produced and entangles us in desires of consumption, in predetermined needs, for it is not revealed only in a matter of objects in the hands

* Doutor em Direito. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado – da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. (<http://www.camolinaro.net>). **E-mail:** carlos.molinaro@pucrs.br.



of people. It acquires a particular contour building a very complex network in which our daily lives are incorporate. All this form a complex system. Thus, the systemic character of contemporary technology confronts us with new and innovative issues, also requiring new and creative dimensions of individual and social responsibility. Science, in turn, gives us the opportunity to discover the world around us and question us. Also, political power and administration provide the necessary subsidies to understand the scientific and technical claims that seek the maximum advantage for specific groups of society, or sometimes for society as a whole. Here we intend to collect some ideas that confront our way of perceiving the politics, economy, and law to debate the need to update the law. The methodology employed focuses on the narrative supported by specialized literature on the subject.

Keywords: Policy. Information Society. Human Rights. Technology. Power. Democracy. Risks.



1. Introdução

O advento da sociedade da informação causou uma mudança significativa na nossa compreensão do trabalho pessoal e social em nossas vidas diárias. As constantes mudanças que ocorrem no contexto do ambiente econômico, tecnológico e, acima de tudo, globalizado, contribuem para a criação de uma nova cena social, destacando novas formas de comunicação, deslocamento de informações e novas normas e valores da vida.

Os termos "sociedade da informação" ou "economia do conhecimento" estão agora firmemente incorporados no vocabulário cotidiano, o uso frequente de tais expressões nos meios de comunicação, documentos estratégicos e programas operacionais das sociedades (não só regional, mas também nacional e supranacional). Portanto, eles não podem mais ser duvidados pelo leitor (espectador ou participante), uma vez que eles são incluídos neles quase toda vez que entram em contato com alguma forma de mídia ou comportamento de mídia. No entanto, nenhum dos termos definidos de forma clara e transparente sobre o atual desenvolvimento sociocultural e sociopolítica dessas mesmas sociedades, desses mesmos leitores, que em parte pode contribuir para uma mudança em seus significados¹.

Quanto à importância, é evidente que enfatizar o algoritmo de informação e conhecimento quando vinculado aos termos empresa ou economia sugerem

¹ É importante notar que, com o desenvolvimento de novas tecnologias em várias áreas, houve uma mudança na articulação da informação nos meios de comunicação de massa, especialmente no ambiente digital (Rogers, 1986; DeFleur & Dennis, 2010; Bennet, 2003; Davis, 1999). Estes novos meios de transmitir informações, em certa medida, influencia a nossa percepção de eventos diários a nível nacional ou internacional. No passado recente, aqueles que decidem o que deve ou não deve ser transmitido através da mídia foram aqueles que, de uma forma ou de outra, realizaram o poder, ou seja, grupos políticos, produtores de TV ou magnatas da mídia (que ainda estão lá fora multiplicando informações e contrainformações). No entanto, a alternativa atual, os chamados novos meios de comunicação mostram que qualquer um pode expressar seu descontentamento, dissidência ou apoio para uma causa particular. Qualquer um pode liderar um movimento no mundo digital usando novas tecnologias. Alguns dos mais populares novos meios de comunicação são Blogs e sites de redes sociais, onde qualquer um pode criar sua plataforma para expressar suas opiniões (Stăiculescu; Nădrag, 2015, p. 406).



mudanças sociopolíticas dada a influência de muitos fatores, nomeadamente com o ambiente em que as empresas e a economia toma forma. A segunda metade do século passado (a década de 1950 e 1960, respectivamente) implicava a existência de um contexto histórico marcado por um período de mudança significativa, que Drucker (1969) chamou um período de descontinuidade, essas mudanças expressivas foram iniciadas e, têm influência significativa no desenvolvimento do progresso científico e tecnológico. Por esta razão, desde a década de 1970 tem havido um ambiente turbulento persistente, isto é, uma expressão metafórica para ambientes identificados pela sua fluidez e exigindo de indivíduos e de empresas (ou instituições de qualquer forma) uma rápida e constante adaptação.

Nos anos 90 do século XX, encontramos na literatura o termo "nova economia" que foi adequadamente designado para distinguir as principais características intrínsecas ao desenvolvimento atual da economia. Durante este período, houve também algumas mudanças fundamentais na abordagem do que o chamado capital humano. Conceitos, que enfatizam os recursos humanos, bem como suas qualificações são desenhados, há uma mudança perceptível e evidente nas preferências de riqueza econômica para o capital social e cultural (de recursos estratégicos para recursos humanos).

Como Senge (2008) enfatizou, floresce a noção de uma organização de aprendizagem, isto é, organizações onde as pessoas expandem continuamente a sua capacidade de criar os resultados que realmente desejam, onde novos e expansivos padrões de pensamento são nutridos, definidos como livres, e onde as pessoas estão continuamente aprendendo a ver todo o conjunto (p. 3). Mudar as preferências para fornecer mais significado ao capital humano é susceptível de conduzir a uma fusão gradual dos termos sociedade da informação e sociedade do conhecimento. Assim, algumas mudanças podem ser sentidas na terminologia: economia baseada no conhecimento, em que o conhecimento é percebido como uma ferramenta em vez de um produto. Em ambos os casos, a



abordagem interdisciplinar é influenciado por muitos economistas, cientistas da computação, engenheiros de sistemas e outros, bem como juristas, sociólogos, psicólogos e, de fato, notavelmente, cientistas cognitivos.

2. Tecnologia e concentração de poder

O aumento acelerado das inovações tecnológicas e a sua integração na produção e serviços criaram condições sem precedentes para os decisores político-econômicos. Esses incluem: (a) ser capaz de ver o que está acontecendo através do desenvolvimento e análise de informações estatísticas; e (b) uma análise política, econômica e social para propor e implementar políticas apropriadas que levem ao crescimento e às máximas de prosperidade.

Embora muitos estudos demonstrem que o rápido investimento em tecnologia da informação e comunicação (TIC) tem sido e ainda é responsável pelo dramático aumento das taxas de produtividade, este fenômeno não deve ser presumido como resultado de um aumento exógeno de inovação e potencial do sector das TIC. Grande parte desta inovação tem sido e ainda é devido ao ambiente da concorrência econômica ativa nos mercados internacionais menos regulamentados e mais abertos, o que permite a entrada de empresários com ideias inovadoras, especialmente ligadas a operadores eficientes. Dentro desse ambiente, a demanda por inovação em TIC criada (quase permanentemente) e, ao mesmo tempo, induz inovações no uso dessas novas tecnologias. Assim, uma política correta deve apontar para a existência de condições adequadas de gestação no sector das TIC e toda a economia no contexto da concorrência, bem como, em especial, a correção de eventuais falhas no mercado².

² Cf., Stehr (2005), afirmando que um novo campo de atividade política está emergindo nas sociedades democráticas e modernas, visando a regulação do desenvolvimento e da utilização de novos conhecimentos científicos e técnicos. O foco é sobre as novas tecnologias desenvolvidas ao longo dos últimos 40 anos, que incluem o tubo de ensaio de concepção humana, a clonagem reprodutiva, alimentos geneticamente modificados, engenharia genética, etc. Controvérsias e debates públicos sobre o uso desses novos pontos



No entanto, surgem alguns problemas; algumas questões resultam, principalmente quando baseamos os mecanismos de inovação e o caráter da tecnociência como democrático ou oligárquico, até o ponto em que os cidadãos podem exercer controle sobre seu conteúdo. Se aceitarmos a premissa de que a tecnociência não é neutra nem independente, e que a sua natureza decisivamente determinada pelas relações de poder decorrentes do quadro jurídico existente e entrelaçada com este paradigma social dominante, podemos supor que a tecnociência não é democrática. O alto grau de concentração de poder que caracteriza a sociedade atual implica um controle oligarca sobre a tecnociência, cujo conteúdo, por sua vez, reflete as relações de poder atuais e o paradigma social dominante.

A concentração de riqueza de alguns que controlam o processo para uma economia de mercado foi o resultado inevitável da busca do lucro, maximizando a eficiência econômica e definiu o tamanho do mercado em cada momento, uma vez que, como numerosos estudos sugerem (Martin, (Kauffman & Kumar, 2007; Glenn et al., 2010) existe uma correlação robusta e encorajadora entre a eficácia industrial e a concentração de mercado. Aparentemente, nós temos uma indicação aqui que a busca do lucro por aqueles que controlam a economia de mercado conduz à força. Na fase inicial de comercialização, a concentração do poder econômico foi o resultado da produção em massa. A concentração do processo produtivo em unidades de produção cotadas garantiu as chamadas economias de escala e, também, a eficiência econômica.

Hoje vemos um fenômeno oposto. Agora, as empresas capitalistas, para sobreviver à concorrência, em uma economia de mercado internacionalizada são obrigadas a produzir quantidades menores de produtos com especificações de alta qualidade, eliminando assim economias de escala de sua posição na dinâmica central de competição (Langlois, 2007; Lall, 2005; Chandler, 2004). As

de conhecimento científico e técnico para a necessidade de encontrar maneiras de controlar e regular o seu uso imediato em uma tentativa de antecipar as consequências com os fatos.



chamadas “economias de escopo” são produzidas; por conseguinte, a concentração do poder econômico coincide hoje com um processo paralelo de desmassização da produção e da diversificação, que é coerente com as demandas da sociedade moderna pós-industrial e tecnológica. No entanto, esta desconcentração na produção, embora afetando a dimensão da fábrica e o número de postos de trabalho, não tem qualquer efeito sobre a amplitude das concentrações de poder econômico a nível empresarial. Aqui é evidente, por exemplo, que as 500 maiores multinacionais controlam agora dois terços do comércio mundial; e todas essas empresas (exceto algumas asiáticas) têm sua matriz no Norte (tomado "Norte" no sentido econômico, e não geográfico)³.

A concentração do poder econômico não é, de fato, um fenômeno novo. Em qualquer sociedade hierárquica, a concentração da riqueza sempre acompanhou a concentração do poder político e militar nas mãos de poucos, geralmente justificados por um sistema de normas sociais baseadas na religião (Benevides & dali, 1989). O novo elemento na economia do crescimento é o fato de que hoje a reprodução do próprio sistema social, e o poder de poucos para controlá-lo, depende fundamentalmente da realização do objetivo de desenvolvimento, que por sua vez se justifica pelo progresso da identificação, desenvolvimento e bem-estar. Portanto, as funções do crescimento econômico, não apenas como um objetivo social e econômico fundamental, mas também como um meio essencial para reproduzir as estruturas de distribuição desigual do poder econômico e político que caracterizam a sociedade hierárquica moderna, como bem como um elemento central da ideologia que o sustenta. A Comunidade hierárquica tomou uma nova forma com o surgimento da economia

³ Para mais discussão, ver o trabalho clássico de Lang & Hines (1993), o novo protecionismo: proteger o futuro contra o comércio livre, onde os autores questionam os benefícios do comércio livre, argumentando que: longe de promover a prosperidade para todos os interessados, o comércio livre serve apenas uma estreita gama de interesses, especialmente para grandes empresas. Os autores dizem que as consequências das atuais provisões aumentarão o fosso entre os ricos e os pobres, bem como induzir a aceleração da destruição do ambiente global. Eles sugerem que, em vez de acordos comerciais, a autossuficiência regional deve enfatizar, assim como o montante global do comércio deve reduzir.



de mercado no Ocidente e a economia planejada no Oriente. Nesta nova forma, a elite retira sua força não só, como antes, pela concentração de políticos, militares e empresários, mas principalmente pela intensidade do poder econômico. A atual concentração de poder econômico, político e social nas mãos dos poucos que controlam a economia não é apenas um fenômeno cultural que pode ser explicado pelos valores estabelecidos pela revolução industrial. Na verdade, a concentração de poder é o resultado inevitável de um processo histórico que começou com a prevalência de estruturas sociais hierárquicas e a ideologia implícita da dominação do homem sobre o homem, e especialmente da natureza, culminando nos últimos dois séculos, com o desenvolvimento da economia de mercado, e seu ramo, a economia de crescimento (Foley & Michl, 1999; Foley & Model, 2003; Dennison, 2016).

Economia de mercado/crescimento e concentração de poder econômico são dois lados da mesma moeda. Este fato demonstra que nem o nível de poder econômico nem as implicações ecológicas da economia de crescimento podem ser negligenciados no cenário do atual quadro institucional da economia de mercado/crescimento-internacionalizado. Por outro lado, no entanto, o aumento da concentração do poder econômico leva à conclusão de que a ideia de desenvolvimento não significa, na maioria dos casos, uma melhoria da qualidade do bem-estar através do crescimento, uma vez que o desenvolvimento e o crescimento são entidades várias que podem coincidir⁴.

3. Tecnologia, democracia e o indivíduo

Os últimos dezoito anos deste século revelaram notáveis avanços na comunicação e tecnologia da informação, incluindo a digitalização, plataformas de vídeo, smartphones, mídias sociais, bilhões de pessoas com acesso à

⁴ Sobre o tema, cf., Gwartney et al (1999); Acemoglu, (2008); Haller (2012); Aghion (2016).



Internet, e outros notáveis aquisições. Essas transformações revolucionárias implicaram e, cada vez mais produzem implicações, em um empoderamento renovado dos indivíduos e de como eles ganham maior acesso à informação, facilidade de comunicação e compartilhamento de dados, ademais de diversas ferramentas tecnológicas (Lakshear & Knobel, 2008). No entanto, apesar destas mudanças, somos incapazes de alcançar a igualdade de desenvolvimento nos nossos sistemas políticos. Todos sabemos que a democracia é um sistema político apoiado pela ideia de capacitar indivíduos, fortalecer a cidadania e a plenitude dos direitos humanos e fundamentais. No entanto, nesses mesmos anos, podemos observar que a democracia está estagnada em várias latitudes do planeta. Neste sentido, algumas observações críticas precisam de esclarecimentos.

Independentemente da concentração do poder tecnológico nas mãos de alguns e da centralização do poder político, a natureza da tecnologia que está encerrada e incorporada por uma sociedade democrática não depende apenas de quem possui, ou mesmo quem a controla. A condição suficiente depende, como sempre, do sistema de valores que a sociedade democrática adota, bem como o nível de sensibilização dos seus cidadãos. Qualquer mudança no quadro institucional, tecnológico e democrático depende da educação, que não é meramente a instrução, mas o desenvolvimento de caráter, competências e habilidades na aquisição de conhecimento, nacional e internacional. A cultura do indivíduo como cidadão desempenhará um papel crucial na formação deste novo sistema de valores socioculturais e econômicos necessários para elevar o nível da consciência social global (Lakshear & Knobel, 2008).

Marx (1981) acreditava que a humanidade se moveria do reino da necessidade para o campo da liberdade através da aplicação racional e socialmente responsável da tecnologia avançada criada pelo capitalismo (p. 959). Mas a tecnologia em si não tem uma capacidade inerente de fluir uma sociedade libertadora no sentido de que reduz o trabalho humano, induzindo o



caminho do reino da necessidade para o campo da liberdade. A essência de uma tecnologia libertadora não é o caráter objetivo, mas do sentido subjetivo encarnado em uma sociedade democrática. Na verdade, o progresso tecnológico não diminuiu o esforço humano. Onde o mercado de trabalho é livre, seus atores vão trabalhar ainda mais (!), uma simples pesquisa na Internet nos dá a indicação de que a própria tecnologia não é responsável pela redução ou aumento da quantidade de trabalho, organização socioeconômica.

A alta tecnologia pode ser libertadora e opressiva, e não apenas pelo seu usuário, mas devido às relações de poder decorrentes de instituições socioeconômicas, bem como o paradigma social dominante correspondente. O que determina o caráter de uma tecnologia democrática libertadora é o subproduto de um novo projeto libertador, e tal projeto não requer uma sociedade pós-escassez (Sadler, 2010). A ideia de que uma tecnologia libertadora só poderia ser encontrada em uma sociedade pós-escassez envolve um senso de progresso que é incompatível com o princípio democrático de que não existem leis (sociais e naturais) que determinam a mudança social, que só é alcançado por experiência histórica.

De uma perspectiva democrática, a distinção entre uma tecnologia para o reino da necessidade (sociedade de escassez) e outra para o reino da liberdade (sociedade pós-escassez) não faz sentido, uma vez que a sociedade pós-escassez é meramente um mito, especialmente se tomarmos em conta as limitações ecológicas do crescimento econômico (Chernomas, 1984).

O indivíduo quase sempre tem a oportunidade de participar com a sociedade na formulação e divulgação de impressões, ideias, crenças, julgamentos, desejos e interesses, que a sociedade como um todo se torna consciente e gradualmente incorpora a fluir nova situações de comunicação e, mesmo da assunção desta característica. Hoje em dia a sociedade de comunicação foi longe demais, conseguindo transformar o diálogo em um fenômeno diferente que afeta essa mesma informação, implicando um enorme



impacto sobre os seres humanos. Uma pessoa pode rapidamente mudar sua maneira de pensar ou, mais seriamente, quebrar sua atitude dizendo algo hoje e amanhã para concordar com algo uma vez, e então muito perto, discordar, pendente as insinuações e a atmosfera da conversa que encontra nas redes.

Por outro lado, a mudança da sociedade, como identidade e permanência, sempre foi mais lenta e mais difícil. No entanto, hoje, isso acontece muito mais rapidamente devido ao progresso tecnológico, não só no cenário de mídia, mas principalmente no ambiente da Internet acessada diretamente por bilhões de pessoas simultaneamente. Mas toda essa informação não tem uma marca de raiz precisa ou identificável, então você não pode confiar em encontrar uma conexão real com a vida das pessoas, porque esta comunicação, por vezes estéril, é transmitida meramente sem qualquer experiência genuinamente pessoal. O fenômeno que faz a coesão da comunicação humana desaparecer e com ele deslumbra valores morais diferentes.

Há uma diferença entre ideias e crenças. Uma ideia é um pensamento, algo questionável e discutível. A crença é algo que levanta questões porque é uma questão de fé e representa os sentimentos do indivíduo. Assim, enquanto anteriormente uma fração de informação tinha um significado cognitivo e prático, hoje eles podem ser direcionados e manipulados para servir os interesses com base em motivos especulativos. Essas ideias e crenças, algumas das quais são transmitidas pela mídia, podem ser usadas para gerenciar e orientar o exercício do poder em um momento em que o indivíduo é muito vulnerável.

Hoje em dia todos podem falar sobre o mesmo assunto ao mesmo tempo, e em um nível global, podem fazê-lo para suprimir alguma informação para impor, mesmo, um silêncio universal. Então, ninguém fala globalmente sobre algo que possa interessar as pessoas ao redor do mundo. Esta situação arquiteta uma nova forma de totalitarismo, não só o poder do estado, mas um poder global totalitário da fala. Mas o mais impressionante é que nós cultivamos um espírito político cabal do que é considerado importante e digno de nossa atenção. Parece



que nada é irrelevante e que tudo deve ser manipulado, testado e, se necessário, um pode imediatamente realizar as intervenções mais diferentes; isso, anteriormente, ocorreu em países regidos por regimes totalitários, mas agora acontece em sociedades politicamente livres, levando à perda da liberdade humana e espontaneidade.

Assim, vemos que a mídia pode ter um impacto severo no tecido social e contribuir para a perda permanente da privacidade e intimidade de um indivíduo. Hoje tudo pode ser gravado; os indivíduos podem espionar uns aos outros com grande facilidade, mesmo sem um interesse legítimo. O resultado é a sensação de estar à mercê dos acontecimentos e da velocidade da informação, ocasional, diatópica e (dis) tópica.

4. Tecnologia e economia

Ainda é pouco compreendido, devido a insuficiência de pesquisas, que a economia digital em aspectos marcados contrasta com a economia. Nesse sentido, algumas diretrizes que devem orientar uma agenda para a promoção e proteção dos direitos humanos e direitos fundamentais em ordens públicas nas sociedades do conhecimento ou da informação:

- a) Os produtos e serviços digitais representam uma parte crescente da criação de valor.
- b) Somente o primeiro dispositivo digital requer capital, infraestrutura e trabalho. As seguintes cópias são virtualmente livres do custo; isso constitui lucro improdutivo, o que significa que a necessidade de trabalho está praticamente desaparecida.
- c) Os produtos e serviços digitais estão praticamente isentos de custos de transporte, incluindo o transporte global; isso significa que, eventualmente, o melhor resultado está



distribuído no mercado mundial e os mercados nacionais de produtos digitais diminuem sobre o global.

- d) Para algumas aplicações é necessário que elas se tornem um produto significativamente melhor, e assim as pessoas que vão usá-los vão começar a usá-los mais, o que aumenta a sua funcionalidade, com base em dados fornecidos pelos próprios usuários; isso induz que um mercado digital global não é um mercado para o segundo melhor produto, porque o vencedor leva tudo.
- e) Uma parte da economia digital emergente é uma economia de troca, que ignora a economia formal.
- f) Economia digital e automação eliminam mais empregos do que criam, e agora também incluem os chamados empregos de colarinho branco (médicos, professores e advogados) e não chamados empregos de colarinho azul (trabalho de fábrica e trabalho agrícola).
- g) Por outro lado, as tecnologias digitais criam um grande número de empregos para os mais qualificados, onde essas pessoas podem alocar "preço" (para os salários) no mercado de trabalho global, em grande medida. Um exemplo é o de desenvolver ou implantar novos produtos digitais como faz a Alphabet, Google, Microsoft e Apple, bem como várias empresas na mesma área, seja pública ou privada.
- h) A digitalização custa empregos.
- i) Para o resto do mercado de trabalho, parece consideravelmente diferente.
- j) Como a digitalização elimina mais empregos do que cria, devemos nos concentrar em como, através de outros canais,



podemos estimular a criação de uma sociedade mais inclusiva e um tipo diferente de economia. Se não, receamos que haja mais trabalhadores desempregados e pobres, ou seja, pessoas que trabalham em tempo integral sem poderem sair da pobreza.

- k) Haverá menos e menos empregos médios e baixos, e, portanto, uma oferta crescente de trabalho redundante internacionalmente, o que resultará em salários mais baixos com mais horas de trabalho no fundo do mercado de trabalho, gerando incertezas econômicas e sociais.
- l) A digitalização não está apenas prejudicando os métodos conhecidos de produção e comunicação, mas também as ferramentas que temos para compor e planejar decisões políticas, econômicas e de investimento.

Tendo isso em conta, devemos observar que fenômenos tão diversos como a democracia, o estado de direito, os direitos humanos, a economia de mercado, o capitalismo, a criação de dinheiro, os bancos, o movimento sindical, os fundos de seguro desemprego, o estado de bem-estar, o sentimento nacional, o espectro político direita-esquerda, e até mesmo nossas escolas e comunidades locais são produtos da era industrial, suas tecnologias e sua estrutura de capital. Como indivíduos, aprendemos a navegar na economia industrial e navegar nos meandros mais obscuros da sociedade; temos sido aproximadamente capazes de controlar e definir a política e o direito (a lei e a acumulação de capitais). Mas poucos ousam imaginar como a economia global digital irá olhar, ou como as instituições e estruturas se desenvolverão, e o que teremos que conceber para criar sociedades livres, seguras e estáveis.

Ao contrário da transição da sociedade agrária e industrial, a transição para a economia de amanhã não leva 100 anos, mas possivelmente apenas uma



geração. Seguindo os padrões na transição para a economia digital global, podemos observar

- I. Quando o trabalho é digitalizado, racionalizado e automatizado, torna-se cada vez mais difícil para a classe média a capacidade de fornecer as receitas fiscais necessárias para garantir a operacionalidade da nação.
- II. A rede econômica global está cada vez mais orientada para a economia de escopo; isso significa que a rede mundial de revendedores está cada vez mais livre de economias de escala.
- III. Os grupos de interesse econômico assumem o aumento do poder político, e o que pode ver é que a democracia desmorona com o poder político cada vez mais concentrado em poucas mãos.
- IV. Corporações multinacionais, governos e vários serviços de inteligência frequentemente aproveitam a infraestrutura digital para obter acesso a dados privados de indivíduos e instituições, comprometendo a segurança de Estados-nação, sociedades, cidadãos, as liberdades democráticas e os direitos humanos e fundamentais.
- V. Como o economista francês Thomas Piketty (2014) tem documentado, há o retorno mais elevado na especulação do que no trabalho. Este motor de desigualdade econômica é agravado ainda mais quando a força de trabalho da classe média desaparece em países ricos por causa da digitalização e automação.

Vale a pena lembrar que algumas tecnologias específicas definem as estruturas de poder, as opções de monitoramento, bem como os interesses



econômicos que permeiam, ou vão preencher, todos os aspectos de nossas vidas. Dois elementos desta nova infraestrutura podem ter consequências severas se tomadas as decisões erradas agora. A primeira pergunta é se os sistemas construídos são os corretos e se eles são base em nossas liberdades como cidadãos de uma sociedade democrática ou se eles são base em interesses econômicos de curto prazo e os interesses políticos do poder? A segunda questão é saber se as soluções são tecnicamente viáveis a longo prazo relativas às partes. São flexíveis e adaptáveis? Podem ser facilmente adaptados à rápida mudança tecnológica, e a nós como seres humanos e cidadãos?

5. Tecnologia, estado-nação e risco

O estado-nação como o conhecemos está em crise. Significou e é um produto da era industrial, bem como seus métodos de produção, transporte, trabalho e comunicação. Nosso poder político e econômico, nossas estruturas sociais, instituições e legislação são produtos da era industrial. Nosso status como sujeitos de direito, nossos direitos civis e humanos, nossa democracia e nossas liberdades são os produtos de Estados-nação industrializados.

Os processos de produção e a economia mudaram como resultado da digitalização. Descritos na atualidade os processos de produção em uma economia digital diferem fundamentalmente da industrial. Uma consequência disto é que a soberania nacional dos Estados é prementemente prejudicada. Todos os países estão em confronto com o problema; nenhum Estado pode evitá-lo. Conectividade digital global significa dependência global, e nenhuma nação pode enfrentar os desafios do desenvolvimento tecnológico e da inovação em isolamento. Além disso, existem os seguintes problemas para resolver:

- a) O consumo local cria o aquecimento global. O ambiente é mundial e, como espécie, precisamos urgentemente da utilização sustentável dos recursos do planeta.



- b) O desperdício de uma economia de carbono contamina, e a contaminação não obedece às fronteiras geopolíticas.
- c) O mundo deverá chegar a 9 bilhões em 2050. Ao mesmo tempo, haverá uma maior migração e desafios mais significativos relacionados a problemas socioculturais e econômicos.
- d) Como o mundo "encolhe" torna-se mais curto, diminuindo distâncias e costumes, torna-se mais difícil conciliar radicalmente diferentes economias, culturas e formas de governo, e levá-los a cooperar uns com os outros. Se os níveis de complexidade entre eles não correspondem, e não correspondem, temos aí um grande problema.
- e) Não há livre circulação de informações (e, portanto, de produtos), trabalho e capital através de fronteiras nacionais. O mundo está mudando cada vez mais. De aproximadamente 200 economias nacionais numa única economia global, para a qual não existem regras universais ou segurança jurídica. A nível individual, todos participam de um mercado de trabalho global.
- f) As economias nacionais passam a ser vaso-comunicantes para determinar preços, salários e padrões trabalhistas.
- g) As empresas se movem para lugares onde não têm que pagar impostos. Os Estados-nação estão competindo uns com os outros para oferecer as taxas mais baixas, o que compromete a sua soberania.
- h) Não existem estruturas globais, jurídicas ou outras estabelecidas para gerir esta transformação, nem temos as teorias ou modelos econômicos necessários para lidar com



os problemas, muito menos os dados estatísticos para descrever o desenvolvimento e o seu impacto.

Sem uma compreensão das mudanças estruturais que o desenvolvimento tecnológico toma, a política torna-se inútil em nossa economia e sociedade de modo global. A fim de garantir o futuro dos cidadãos e dos Estados-nação, é necessário compreender que as políticas nacionais em várias áreas pertencem ao passado. Os Estados nacionais podem, naturalmente, ter um futuro como áreas geográficas, culturais e linguísticas, mas nós, como cidadãos, precisamos de compreender que o estado-nação, tal como o conhecemos, não continuará a existir.

Precisamos trabalhar juntos em unidades maiores e desistir de algumas formas de soberania, se quisermos manter o equilíbrio e a sustentabilidade da existência. O estado-nação deve ser redefinido de forma mais adequada, tendo em conta os desejos e as possibilidades de bem-estar, e a fluidez da riqueza e da educação, mas precisa de se adaptar às novas condições tecnológicas. Se continuarmos a acreditar que podemos competir com outros Estados-nação, assim como as empresas industriais competem umas com as outras, os Estados estarão correndo para a obscuridade.

A longo prazo, isso significará aumentar a desigualdade na sociedade onde poucos têm tudo, e onde muitos têm quase nada (melhor pensar, talvez, de Estados-nação, multipolares e inclusivos).

Precisamos urgentemente incentivar a colaboração em matéria de acordos sobre regras internacionais. A cooperação jurídica internacional é necessária para, a longo prazo, alcançar uma melhoria na vida das comunidades globais e nacionais. Infelizmente, é difícil acompanhar esta discussão política sem educação acessível, e o debate antidemocrático de grupos de pressão (e até mesmo o fenômeno do terrorismo global) diminui a probabilidade de novos avanços. Desafios como o aquecimento global, os refugiados (por conflitos) ou



os deslocados (por causas ambientais), e a poluição transfronteiriça também podem ser resolvidos através da cooperação internacional.

Para funcionar como um Estado-nação no futuro da globalização densa, e concentração intensa da mundialização (política) de interesses de alguns. Da realidade global digitalizada, precisamos pensar de forma diferente e entender o mundo como ele é, não como era antes. Precisamos de novas histórias. Precisamos da mudança de marcha impulsionada pela tecnologia para fazer sentido.

6. Conclusões

Como resultado do desenvolvimento tecnológico, as narrativas antigas não são suficientes. Em um mundo globalizado, fatores como migração e comunicação em todo o mundo vêm de narrativas religiosas mapeando uma extensão em que eles afirmam ter exclusividade sobre a verdade.

Em um mundo globalizado, com a interdependência dos contos nacionais, não se espera a criação de universais. O eixo político entre a direita e a esquerda costumava ser sobre a participação e a coesão social. Agora é principalmente sobre sentimentos e valores políticos. Direita e esquerda surgiram da sociedade industrial, bem como a luta de classes entre empregadores e funcionários. O cenário mudou. No mundo ocidental, há hoje todo o espectro político de um amplo consenso sobre a sociedade aberta, a democracia liberal, a economia de mercado e um certo grau de bem-estar público.

Pode haver discordância sobre, por exemplo, a tributação ou partes de serviços de bem-estar, mas, geralmente, há o consenso sobre o modelo. O resultado é que os eleitores são organizados com base em alguns outros critérios. Os partidos políticos procuram atrair membros e eleitores de interesses econômicos e necessidades emocionais e psicológicas similares.



A desconstrução pós-moderna reduziu a ciência a um relatório em pé de igualdade com outras narrativas, e a desconstrução rejeita o conceito científico da verdade de tal forma que tornou muito difícil para os indivíduos, em duas culturas diferentes, se comunicar. Como resultado, narrativas antigas como religião, nação e classe perdem seu poder explicativo e revivem formas totalitárias. A única história significativa que sobreviveu é o mercado para atender a demanda do consumidor e ser capaz de produzir bens de forma eficiente. No entanto, ele não pode resolver qualquer um dos desafios acima. Pelo contrário, torna mercantilização ou apenas o combustível para inflamar o fogo da não-conformidade.

A economia digital tem implicações na estrutura básica da nossa sociedade. Se queremos manter as economias sustentáveis, a dignidade humana, os direitos humanos, a democracia e a estabilidade social, temos de enfrentar o impacto generalizado da digitalização nas políticas nacionais e internacionais. Ingênua e perigosa para o estado-nação é a ideia do mercado livre, sem restrições, quanto à solução.

A premissa de que podemos aproveitar ao máximo as possibilidades tecnológicas é que todos nós, indivíduos, políticos e os meios de comunicação, começemos a concordar e a ter um interesse no desenvolvimento global em curso. Não adianta tentar deslocá-lo, mesmo que o contexto pareça complicado e confuso. Ou assumimos a responsabilidade por nós mesmos, e optamos por usar as tecnologias no melhor serviço democrático, ou devemos ser subordinados por ela e aqueles que a aplicam em seus interesses.

Precisamos de diretrizes para a promoção e a proteção dos direitos humanos e, sobretudo, para alargar o espectro da eficácia dos direitos fundamentais dos Estados nacionais. Temos de ter em mente que a sociedade contemporânea imersa em profundas transformações que alteram substancialmente os significados e o imaginário, individual e coletivo.



Neste cenário, os fenômenos sociais reproduzem a violência, com o deslocamento de grandes coleções humanas de contenção social. O desassossego que é produzido pela exclusão e reclusão (na marginalidade social) revela-se um indutor da deterioração da qualidade de vida e organiza a construção de subjetividades marcadas pela miséria nas suas mais diversas manifestações. O problema é grave e não reside no acesso à justiça dos excluídos, mas sim na sua participação na justiça.

A dificuldade de acesso à justiça não é apenas devido à escassez de recursos, adequação normativa, etc., é mais profundo, é um problema que envolve os paradigmas da racionalidade da lei (razão legal), da sua ideologia, além dos papéis que representam aqueles que participam na atividade legal. Consequentemente, precisamos de confrontar a norma sobre a qual o discurso e a prática do direito repousam. Portanto, necessário pensar em um direito novo, um direito crítico e tecnologicamente suportado, cuja produção depende das necessidades das pessoas, pessoas concretas, necessidades existenciais que exigem satisfação real. Além da lei, o endereço legal é a satisfação dos interesses privados marginalizados (que são coletivos) e não a letra da norma.

Um direito crítico que pensa que uma verdadeira justiça deve apontar a ocupação de um espaço de potencialidades transformadoras significativas: os movimentos sociais de todas as espécies, incluindo as atividades atribuídas no terceiro sector. É neste espaço onde o empoderamento pode ser fruto de uma perspectiva sociopolítica e legal da construção e integração da identidade e da cidadania. A tecnologia pode ajudar a aumentar a velocidade de produção da norma e sua execução. Simetrizar tempos da vida social e a criação da justiça social.

7. Referências

ACEMOGLU, Daron. **Introduction to Modern Economic Growth**. Princeton N.J.: Princeton University Press, 2008.



AGHION, Philippe. **Some “Schumpeterian” Thoughts on Growth and Development.** Paper. Worldbank.Org. May 2016. Available in: <http://zip.net/bjtspC> (accessed 12/09/2016).

ALI, Ashiq; KLASA, Sandy; YEUNG, P. Eric. **The Limitations of Industry Concentration Measures Constructed with Compustat Data: Implications for Finance Research** (Feb/2008). Available in SSRN: <http://ssrn.com/abstract=926269> (accessed 22/02/2014).

BENNETT, W.L. **New media power: the internet and global activism**, in COULDRY, N. and CURRAN, J. (eds). **Contesting Media Power**. New York: Rowman and Littlefield, 2003.

BROWN, John Seely. **Growing Up Digital: How the Web Changes Work, Education, and the Ways People Learn.** www.johnseelybrown.com, 2000. Available online in: http://www.johnseelybrown.com/Growing_up_digital.pdf (accessed 12/03/2012).

CHANDLER, Jr., Alfred D. **Scale and Scope: The Dynamics of Industrial Capitalism.** 7th Imprensa. Cambridge/MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004,

CHERNOMAS, Robert. **Keynes on Post-Scarcity Society.** Journal of Economic Issues. Vol. 18, 4 (Dec 1984), pp. 1007-1026. Available online (Sistema pay-per-view): <http://zip.net/bftspd> (accessed 12/10/2015).

DAVIS, D. **Media as public arena: reconceptualizing the role of media for a post-cold war and postmodern world**, in VINCENT, R., NORDENSTRENG, K. and TRABER, M. (eds). **Towards equity in global communication**, Cresskill/N.J.: Hampton Press, 1999.

DeFLEUR, Everette E.; DENNIS, Melvin L. **Understanding media in the digital age: connections for communication, society, and culture.** New York: Allyn & Bacon, 2010.

DENNISON, Tracy K.; OGILVIE, Sheilagh. **Institutions, Demography, and Economic Growth.** The Journal of Economic History, Vol. 76, No. 1 (March 2016). Available online in: <http://zip.net/bqttp2> (accessed 12/09/2016).

DRUCKER, Peter. **The Age of Discontinuity: Guidelines to Our Changing Society.** New York: Harper and Row, 1969.

FOLEY, Duncan K.; MICHL, Thomas R. **Growth and Distribution.** Cambridge/MA: Harvard University Press, 1999.



FOLEY, Duncan K.; MODEL, Leo. **Unholy Trinity: Labor, Capital and Land in the New Economy**. New York: Routledge, 2003

GLENN, Ellison; GLAESER, Edward; KERR, William. **What Causes Industry Agglomeration? Evidence from Coagglomeration Patterns**. American Economic Review, 2010, 100(3): 1195–1213. Available online in: <http://zip.net/bpts0W> (accessed 23/04/2015).

GWARTNEY, James, LAWSON, Robert, & HOLCOMBE, Randall. **Economic freedom and the environment for economic growth**. Journal of Institutional and Theoretical Economics, 1999, 4, 643–663. Available in: <http://zip.net/bdtsTM> (accessed 12/02/2014).

HALLER, Alina-Petronela. **Concepts of Economic Growth and Development. Challenges of Crisis and of Knowledge**. Economy Transdisciplinary Cognition. Vol. 15, Issue 1/2012 p.66-71. Available in: <http://zip.net/bwtrVG> (acesso em 12/02/2014).

KAUFFMAN, Robert; KUMAR, Ajay, **The New Economic Geography of IT Industries: The Impacts of the Internet on their Market Linkages and Agglomeration**. ICIS 2007 Proceedings. Paper 37. Available in: <http://aisel.aisnet.org/icis2007/37> (accessed 11/03/2011).

LAKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michael. **Introduction: Digital Literacies - Concepts, Policies and Practices. Digital Literacies Concepts, Policy and Practice**. Colin, Lakshear & Michael Knobel (eds.). New York: Peter Lang, 2008.

LALL, Sanjaya. **Rethinking industrial strategy: The role of the state in the face of globalization**. In Gallagher, K. (ed.), **Putting development first: The importance of policy space in the WTO and IFIs**. London and New York: ZED Books, 2005, pp. 33-68.

LANG, Tim; HINES, Colin. **The New Protectionism: Protecting the Future Against Free Trade**. London: Earthscan, 1993.

LANGLOIS, Richard N. **The Dynamics of Industrial Capitalism: Schumpeter, Chandler, and the New Economy**. London: Routledge, 2007.

MARTIN, Stephen H. **Advanced Industrial Economics**. Second Edition. London: Blackwell, 2002.

MARX, Karl. **Capital**. Vol. III. New York: Penguin. 1981

NICOLAI, Georg Friedrich. **Die Biologie des Krieges**, Zürich: Art. Institut Orell Füssli, 1919. Reimpressão, Universidade de Michigan, 2008.



PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge/MA: Harvard Univ. Press, 2014.

PONTES DE MIRANDA, Francisco C. Sistema de Ciência Positiva do Direito, tomo I, 2.a ed., Editor Borsoi, Rio de Janeiro, 1972.

ROGERS, Everett M. **Communication Technology: The New Media in Society**. New York: The Free Press, 1986.

SADLER, Philip. **Sustainable Growth in a Post-Scarcity World: Consumption, Demand, and the Poverty Penalty**. Surrey/England: Gower Applied Business Research, 2010.

SENGE, Peter. **The Fifth Discipline: The Art & Practice of The Learning Organization**. New York: Crown Publishing Group, 2010.

SENGE, Peter; SCHARMER, Otto; JAWORSKI, Joseph; FLOWERS, Betty Sue. **Presence: Human Purpose and the Field of the Future**. New York: Crown Business (Reprint edition), 2008.

STĂICULESCU, Ana Rodica; NĂDRAG, Monica. **The Impact of New Media on Society. Sociology, Political Sciences, International Relations**. Romania: GIDNI 2 - Globalization, Intercultural Dialogue and National Identity. Second edition. 2015. Available online in: <http://zip.net/bgtsjG> (accessed 12/03/2016).

STEHR, Nico. **Knowledge Politics: Governing the Consequences of Science and Technology**. Paradigm Publishers, 2005.

